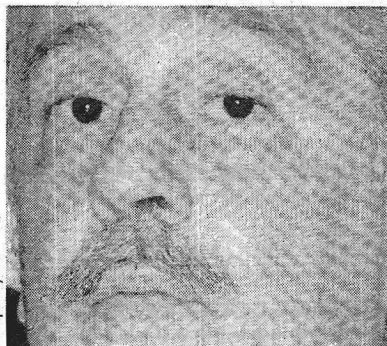


Fiúza deve ser chamado a depor de novo

JOSÉ CARLOS ACUSA DEPUTADO. ACORDO APROVOU EMENDAS DE 127 PARLAMENTARES.

O deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), ex-ministro de Collor, deverá depor novamente na CPI do Orçamento para esclarecer novas acusações feitas, ontem, pelo ex-assessor do Senado José Carlos Alves dos Santos a integrantes da CPI. No depoimento prestado na Superintendência da Polícia Federal, onde está detido, José Carlos procurou comprometer Fiúza com o esquema do deputado João Alves (sem partido-BA), denunciando uma reunião que os dois realizaram com a participação do ex-líder do PMDB na Câmara, Genebaldo Correia.

Nessa reunião, segundo José Carlos, teria sido debatida a distribuição de verbas de subvenções sociais para o Orçamento de 1992, quando Cr\$ 13 bilhões (em valores da época) ficariam para as "entidades tradicionalmente atendidas" e Cr\$ 5 bilhões seriam usados para indicações políticas de Fiúza. José Carlos não precisou a data da reunião, mas disse que teria sido realizada depois que Alves "caiu em desgraça" e foi substituído como relator da Comissão de Orçamento por Fiúza. Os valores estão expressos em um bilhete manuscrito que Fiúza mandou a José Carlos quando este era chefe da assessoria do Orçamento.



Arquivo/AE

Fiúza: novas acusações.

Ainda ontem, os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e José Paulo Bisol (PSB-RS) entregaram à CPI um levantamento sobre a distribuição clandestina das verbas orçamentárias de 1992. O relatório, que foi preparado com base nos arquivos do Prodasen, revela que 394 emendas rejeitadas ou nem sequer vistas pelo plenário do Congresso em 19 de dezembro de 1991, dia da aprovação final do Orçamento de 1992, passaram a fazer parte da lei e foram pagas pelo governo. O artifício, ilegal, fez com que o governo federal liberasse para Estados e municípios de 127 parlamentares o equivalente a US\$ 220 milhões. José Carlos reafirmou ontem ter sido o responsável pela inclusão das emendas, a mando de Fiúza. Segundo

o documento, dos US\$ 220 milhões, US\$ 130 milhões se destinaram a emendas de autoria do próprio Fiúza. O ex-relator continua negando irregularidades.

O novo relatório reafirma o poder dos anões na partilha do dinheiro público e revela o nome de novos privilegiados, como o deputado Fernando Diniz (PMDB-MG). Ele conseguiu assegurar mais de US\$ 1,4 milhão para construção de estradas vicinais. A deputada Roseana Sarney (PFL-MA) obteve cerca de US\$ 2 milhões para o mesmo tipo de obra. Dentre os beneficiados pelas "emendas-piratas", estão o relator da CPI do Orçamento, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), e o coordenador da subcomissão de emendas da CPI, deputado Sigmaringa Seixas (PSDB-DF). Segundo Suplicy, "este foi um expediente usado pelo então relator para misturar o joio e o trigo e impedir as denúncias". Magalhães confirmou que uma emenda de sua autoria para atividades de apoio à prefeitura de Paulista (PE) teve seu valor aumentado na versão final do Orçamento de 1992. "Não sei quem mudou a emenda. Só sei que eu nunca pediria a ninguém uma coisa deste tipo; deve ter sido o prefeito".